

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

1.1 Participação da Portos do Paraná, como patrocinadora do **Programa na Mão Certa**, iniciativa da Childhood Brasil – Instituto WCF Brasil, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.653.644/0001-77;

1.2 O valor do investimento é de **R\$26.565,00 (vinte e seis mil quinhentos e sessenta e cinco reais)**, Apoiador I – valor anual, o qual deverá ser pago diretamente ao INSTITUTO WCF BRASIL, inscrita no CNPJ nº 03.653.644/0001-77, a título de patrocínio.

### 2. JUSTIFICATIVA

2.1. A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, enquanto empresa pública comprometida com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável, reconhece a importância da proteção de crianças e adolescentes contra a exploração sexual nas rodovias brasileiras. Nesse contexto, a adesão ao Programa Na Mão Certa, iniciativa da Childhood Brasil, representa um passo fundamental para reforçar o compromisso da organização com a defesa dos direitos da infância e da juventude.

2.2. O Programa Na Mão Certa tem como objetivo sensibilizar e mobilizar diferentes atores da sociedade – empresas, governos e organizações civis – na construção de um Círculo de Proteção para crianças e adolescentes. A atuação conjunta fortalece a prevenção e o combate à exploração sexual nas estradas, promovendo ações educativas e de conscientização entre motoristas, colaboradores e demais envolvidos na cadeia de transporte e logística.

2.3. A participação da APPA, no Programa Na Mão Certa alinha-se às suas diretrizes de responsabilidade social e ética corporativa, consolidando práticas que promovem um ambiente

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

mais seguro e sustentável. Por meio dessa iniciativa, a empresa se compromete a implementar ações que contribuam para a erradicação desse grave problema social, disseminando informações, capacitando profissionais e incentivando a denúncia de casos suspeitos.

2.4. Além disso, a participação no Programa fortalece a imagem institucional da APPA, como uma organização comprometida com o bem-estar da sociedade e o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especialmente aqueles relacionados à erradicação da violência contra crianças e adolescentes.

2.5. Dessa forma, a participação no Programa Na Mão Certa reafirma o compromisso da Empresa com a promoção de um futuro mais seguro e digno para as novas gerações, contribuindo ativamente para a construção de uma Comunidade Portuária, engajada à proteção à causa de todas as crianças e adolescentes, contra a exploração sexual nas rodovias e no entorno de toda a Comunidade.

2.6. Em dezembro de 2023, a Prefeitura de Paranaguá através da Secretaria de Assistência Social em parceria com a Portos do Paraná, Childhood Brasil, Cattalini, Polícia Civil através do Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente (Nucria), promoveu um encontro no auditório do Palácio Taguaré, com a finalidade de chamar a atenção de outras empresas e terminais que operam em nosso complexo portuário para a importância do combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes;

2.7. Sendo assim, apoiar este programa, será uma importante contribuição na busca para atingir os objetivos do planejamento estratégico, como melhorar a relação porto cidade incorporando iniciativas ESG.

### **3. ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO**

3.1. Conforme Plano de trabalho e Programação (Anexo I).

### **4. PARCELAMENTO DO OBJETO**

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

4.1. Devido as características do objeto o parcelamento compromete a viabilidade técnica da prestação dos serviços;

## **5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS**

5.1. O objeto, devido as suas características, não se enquadra como objeto comum, tratando-se de patrocínio.

## **6. OBRIGAÇÕES DA PATROCINADORA**

6.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela patrocinada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

6.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.3. Notificar a patrocinada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

6.4. Efetuar os pagamentos a patrocinada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos na proposta e seus anexos;

6.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, na forma disposta no contrato;

6.6. Aplicar as penalidades legais e contratuais;

6.7. Comunicar oficialmente qualquer falha ocorrida considerada de natureza grave;

6.8. Recusar os serviços executados em desacordo com as normas técnicas específicas.

## **7. OBRIGAÇÕES DA PATROCINADA**

7.1. Informar a APPA sobre a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do contrato firmado;

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 420.1143

[www.portosdoparana.com.br](http://www.portosdoparana.com.br) / LinkedIn: [portosdoparana](#) / Instagram: [@portos\\_parana](#)

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

7.2. Responder técnica, ética, civil e penalmente por todos os eventos resultantes da execução direta e indireta do contrato, incluindo os de obrigações trabalhistas, previdenciários e tributários, ocorridos tanto em suas unidades próprias como as subcontratadas (credenciados);

7.3. Nomear, em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, um responsável/preposto pelo contrato e um substituto para esse preposto, com a missão de garantir a adequada execução do contrato; e informar e manter atualizados junto a APPA/DDE os números de telefones e endereço eletrônico, bem como nome das pessoas nomeadas;

7.4. Manter com a APPA/DDE, setor gestor operacional do contrato, as comunicações e os contatos necessários para execução do objeto deste Termo de Referência;

7.5. Manter atualizadas junto a APPA/DDE, as provas de sua adimplência com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débitos – CND, e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS), bem como a quitação de impostos e outros gravames que incidam sob a atividade do contrato sob pena de suspensão dos pagamentos a que tiver direito;

7.6 Dar início as atividades, na data prevista na Ordem de Serviço;

7.7. Arcar com qualquer prejuízo causada à Administração ou a terceiros por seus empregados durante a execução do objeto;

7.8. Manter firme sua proposta durante o seu prazo de validade;

7.9. Corrigir eventuais falhas no cumprimento de suas obrigações no prazo estabelecido pelo fiscal do contrato;

7.10. Reparar, corrigir, remover, ou substituir, às suas expensas, no total ou em partes, os itens em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto;

7.11. Comunicar imediatamente a fiscalização do contrato qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, que atente contra o adequado cumprimento do Contrato, para que sejam adotadas as providências necessárias;

7.12. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da execução do objeto;

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

7.13. Fornece ao patrocinador, no mínimo um número de telefone fixo, um de telefone móvel, e um endereço de e-mail, objetivando a comunicação rápida no que se refere à execução do presente contrato;

7.14. Executar o objeto dentro das especificações e/ou condições constantes do Termo de Referência e seus Anexos;

7.15. Executar diretamente o Contrato, sem subcontratações ou transferência de responsabilidades;

7.16. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela APPA, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da execução do objeto;

7.17. Comunicar por escrito aos fiscais do contrato indicados pela APPA qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar esclarecimentos que julgar necessário;

7.18. Observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade pertinente e que envolva toda e qualquer parte da execução do objeto;

7.19. Cumprir todas as obrigações elencadas no Termo de Referência e no Edital do Certame;

7.20. Assegurar aos beneficiários a prestação dos serviços, objeto deste certame;

7.21. Fornecer os produtos de acordo com as especificações e condições expressas neste termo e no edital, inclusive repassar as garantias do fabricante;

7.22. Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outras entidades;

7.23. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

7.24. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, os quais não têm nenhum vínculo empregatício com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina;

7.25. Manter atualizados, durante a contratação, a Certidão Negativa de Débito – CND junto ao INSS, o Certificado de Regularidade – CRF do FGTS, a Certidão de regularidade junto à

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

Fazenda Federal Estadual e Municipal e a CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; bem como a CRF no Gestão de Materiais e Serviços – GMS da Secretaria de Administração e Previdência do Estado de Paraná;

7.26. Emitir RECIBO DE PATROCÍNIO, de forma eletrônica correspondente à sede da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação.

## **8. FORMA DE PAGAMENTO**

8.1. Os pagamentos serão feitos no prazo máximo de 30 (trinta) dias da apresentação do Recibo de Patrocínio, de acordo com a natureza jurídica da PATROCINADA, devidamente atestada pela equipe de fiscalização designada, conforme disposto na Ordem de Serviço nº 054/2020-APPA/EP, observando ainda os seguintes procedimentos:

8.3 O recibo de Patrocínio, deverá ser encaminhado à equipe de fiscalização da APPA entre os dias 1 à 10 do mês subsequente da prestação do serviço;

8.4. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na Nota Fiscal ou Fatura, na prestação dos serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais;

8.5. Nenhum pagamento será efetuado ou liberado à CONTRATADA enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

## **9. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

9.1. Conforme especificado no art. 339 do RILC da APPA.

## **10. SUBCONTRATAÇÃO**

10.1. O objeto deste termo de referência, não admite subcontratação parcial do objeto em razão de suas peculiaridades.

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

## **11. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

11.1. Será admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:

11.2. Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

11.3. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;

11.4. Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina à continuidade do contrato;

11.5. A alteração subjetiva a que se refere este item deverá ser feita por termo aditivo ao contrato.

## **12. CONTROLE DA EXECUÇÃO**

12.1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela DDE/APPA, devendo manter elevado o padrão de qualidade dos serviços e frequente contato com o preposto da CONTRATADA, para solução de eventuais problemas e/ou esclarecimento;

12.2. Os servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços contratados, determinando de imediato o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

12.3. A CONTRATADA ficará sujeita à mais ampla e irrestrita supervisão, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pela DDE/APPA;

12.4. A existência da supervisão da DDE/APPA, de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da empresa que vier a ser contratada, na prestação dos serviços a serem executados.

## **13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

13.1. O licitante e a CONTRATADA que incorram em infrações sujeitam--se às sanções previstas na Lei Estadual nº 13.303/16 e pelo Regulamento de Contratos de Licitação da APPA.

#### **14.MATRIZ DE RISCO**

14.1. Não se aplica. A matriz de riscos deverá ser dispensada, pois trata-se de uma contratação de baixa complexidade, cujos riscos serão irrelevantes ou inexistentes.